



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

Nº _____

XXIX Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas

ATENÇÃO:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (**nem mesmo à Constituição Federal**), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- A prova tem duração de 03 (três) horas;
- A divulgação do resultado será divulgada no site www.pge.am.gov.br e na página do Facebook da PGE-AM;

Nome: _____

C. Identidade: _____

N. Controle/PGE: _____



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre o concurso público, é CORRETO afirmar que:

- a) Poderá ter validade de até quatro anos.
- b) É imprescindível no preenchimento de cargo em comissão.
- c) O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital de convocação do concurso público tem direito subjetivo à nomeação.
- d) É obrigatória sua realização nos casos de contratação de servidor para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal ingressam na carreira por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

2. A respeito dos requisitos da emenda à constituição, é INCORRETO afirmar:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- c) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- e) N.d.a.

3. Sobre os cargos em comissão e as funções de confiança, é CERTO afirmar que:

- a) Os cargos em comissão são preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- b) Somente por meio de concurso público é possível o preenchimento de cargo em comissão.
- c) Os cargos em comissão e as funções de confiança podem possuir atribuições meramente técnicas.
- d) As funções de confiança somente podem ser exercidas por pessoas ocupantes de cargo efetivo.
- e) Os cargos em comissão são preenchidos apenas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

4. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, marque a alternativa que DIVERGE do texto constitucional:

- a) São gratuitas as ações de mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

5. Quanto ao regime dos servidores públicos previsto na constituição, NÃO é correto afirmar que:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, apenas um regime jurídico para seus servidores.
- b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- e) N.d.a.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Qual das modalidades abaixo de desapropriação é exceção ao princípio da prévia indenização em dinheiro

- a) desapropriação por necessidade pública
- b) desapropriação por utilidade pública
- c) desapropriação por interesse social
- d) desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária
- e) NDA

7. O Governador de determinado Estado-Membro, motivado por interesses pessoais, edita decreto expropriatório com a finalidade de declarar de utilidade pública imóvel ocupado por desafeto político. Qual o vício do presente ato?

- a) Competência
- b) Finalidade
- c) Forma
- d) Capacidade
- e) NDA



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

8. A Delegação e Avocação de competências está diretamente relacionado com o:

- a) Poder Disciplinar
- b) Poder Hierárquico
- c) Poder Moderador
- d) Poder de Polícia
- e) NDA

9. A divulgação de remuneração de servidores públicos nos "Portais da Transparência":

- a) É inconstitucional, pois viola a intimidade dos servidores públicos
- b) É constitucional, desde que haja ordem judicial autorizando a quebra do sigilo bancário
- c) É constitucional, apenas após a criação da Lei de Acesso à Informação
- d) É constitucional e legal, pois está de acordo com o princípio da publicidade e de acordo com as disposições previstas na Lei de Acesso à Informação
- e) NDA

10. O Pregão, enquanto procedimento licitatório, é permitido

- a) Para a contratação de quaisquer serviços
- b) Apenas para a contratação de obras
- c) Para a contratação de serviços e fornecimento de bens considerados de origem comum
- d) Para a aquisição de imóvel pelo Poder Público
- e) NDA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Sobre as normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto se se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b) O órgão julgador deve cooperar com as partes para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, mas as partes não devem cooperar entre si, porque elas buscam interesses divergentes.
- c) Os juízes e os tribunais atenderão à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. O descumprimento da regra leva à decretação da invalidade do julgamento, por preterição da ordem cronológica.
- d) Reconhecida a falta da sua fundamentação, o tribunal decretará a nulidade da sentença e, desde que o processo esteja em condições de imediato julgamento, decidirá desde logo o

mérito da causa, sem devolver os autos para que o juízo a quo profira nova decisão.

- e) As partes e o órgão julgador devem comportar-se de acordo com a boa-fé. O dever de boa-fé, porém, não obriga o perito e os demais auxiliares da justiça, porque estes não assumem posições decisórias nem postulatorias no processo.

12. Sobre gratuidade da justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- b) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais, sejam punitivas, sejam coercitivas, que lhe sejam impostas.
- c) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, mas não por pessoa jurídica sem fins lucrativos (organização não governamental, por exemplo).
- e) Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

13. Sobre precedentes judiciais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Justamente porque os precedentes possuem a finalidade de racionalizar os julgamentos, os juízes e os tribunais não estão obrigados a observar o contraditório e o dever de fundamentação, quando decidirem com fundamento em precedentes obrigatórios.
- b) Considera-se julgamento de casos repetitivos apenas a decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas e em recursos especial e extraordinário repetitivos.
- c) A tutela da evidência, que independe da urgência, será concedida também quando o pedido se fundar em tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante e desde que as alegações de fato possam ser comprovadas apenas documentalmente.
- d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu,



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

- e) No Brasil, admite-se apenas precedentes sobre questões exclusivamente de direito, mas não precedentes sobre questões de fato.

14. Sobre o procedimento comum, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os seus requisitos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz, com fundamento na cooperação processual, determinará, mais uma vez, no prazo de 5 (cinco) dias, que o autor corrija a petição inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- b) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.
- c) A audiência prévia de conciliação e mediação não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

- d) Na corpo da contestação, pode o réu propor reconvenção, impugnar o pedido de justiça gratuita e impugnar o valor atribuído à causa, além de aduzir exceção de incompetência relativa e absoluta.
- e) A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro, bem como pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

15. Sobre os recursos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Cabe apelação contra sentença e contras as decisões interlocutórias não agraváveis.
- b) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias que versarem sobre tutela de urgência, mas não contra as que versarem sobre tutela da evidência.
- c) É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.
- d) Para fins de cabimento dos embargos de declaração, considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.
- e) Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

**XXIX Seleção de Estagiários para a área de Direito da
Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas**

CARTÃO RESPOSTA

Marcar com X a resposta correspondente.

DIREITO CONSTITUCIONAL					
QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
DIREITO ADMINISTRATIVO					
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
DIREITO PROCESSUAL CIVIL					
QUESTÃO	RESPOSTA				
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. João Paulo Silva foi contratado por meio de processo seletivo, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Após doze anos de prorrogações sucessivas do contrato, a Administração Estadual resolveu não prorrogar o contrato, o que levou João Paulo Silva a ajuizar ação trabalhista contra o ESTADO DO AMAZONAS, na qual requereu a nulidade do contrato, aduzindo que a prorrogação sucessiva caracterizou desobediência aos requisitos de lei estadual, e pleiteando, conseqüentemente, o reconhecimento do direito a verbas típicas do regime celetista.

Acerca da ação ajuizada por João Paulo Silva, discorra sobre a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o feito, bem como sobre a tese de defesa a ser utilizada pela Procuradoria Geral do Estado, quanto ao cabimento de verbas previstas na CLT.

DIREITO ADMINISTRATIVO

2. Aponte três distinções entre as empresas públicas e sociedades de economia mistas prestadoras de serviços públicos e as que exercem atividade econômica.